

**NINA RODRIGUES: “CIVILIZADO, BRASILEIRO E MÉDICO”:
Rituais científicos e práticas intelectuais entre 1890 e 1906¹**

Joelma Tito da Silva²
Bolsista CAPES
joelmatito@yahoo.com.br

Si, pois, o meu presado amigo e ilustrado colega, dr. Anísio de Carvalho pode descobrir, nos meus artigos, signaes de *irritação, cacholetas, espiolhantes*, etc., etc., com que approuve a sua polida generosidade distinguir-me, pode estar certo de que não as animou o intento de ferir a quem quer que seja e nem constituirão embaraço, na sua pertinácia, a nos congraçarmos todos em favor dos míseros alienados.(RODRIGUES, 1905: p.303)

No interior do *campo científico* são tramadas relações de solidariedade e de disputa, expostas em cartas, em publicações periódicas, em relatórios ou em livros. Quando imprimem e publicam posições divergentes de outras formulações e divulgam suas teses, os “homens de ciência” se valem de rituais que, retoricamente, expressam a oposição no nível acadêmico e o respeito individual entre pares. Nesse sentido, a epígrafe acima apresentada exemplifica o paradoxo presente na tensa relação entre estudiosos engajados na reforma de estruturas institucionais. Extraída de correspondências trocadas entre o professor de Medicina Legal, Raymundo Nina Rodrigues, e o médico Anísio Circundes de Carvalho, esse fragmento textual trata das polêmicas sobre a assistência aos alienados nas instituições asilares da Bahia que ganharam espaço na imprensa local e nos círculos acadêmicos durante os primeiros anos do século XX.

Enquanto Nina Rodrigues defendia a reforma do asilo São João de Deus, localizado na Quinta da Boa-Vista, como solução possível para melhorar as condições de internamento no Estado, o ex-coordenador da instituição, Anísio de Carvalho, questionava o gasto excessivo com a manutenção do espaço e propunha sua demolição e, conseqüente, deslocamento para um local mais adequado. O impasse entre ambos se manteve dentro do protocolo exigido, tacitamente, na relação entre membros de uma

¹ Comunicação apresentada no XXVI Simpósio Nacional de História: ANPUH – 50 anos.

² Doutoranda em História Social, pela Universidade Federal do Ceará.

comunidade científica, oscilando entre a crítica direta, a ironia e o uso de adjetivos que ressaltam o respeito e os méritos do oponente.

Na carta de Anísio Carvalho, escrita em resposta aos artigos publicados pelo “Dr.Nina Rodrigues” no *Jornal de Notícias*, o professor da Faculdade de Medicina da Bahia é tratado como “distinto colega e amigo”, de “polido generosidade” e “espírito severo”. Nas páginas seguintes, crítico e irônico, Carvalho o acusa de produzir uma “ostentação luxuosa de erudição”, na medida em que alimentava a polêmica sobre a reforma do asilo, sem que ambos fossem designados pelos “poderes competentes” para “semelhante missão” (CARVALHO *Apud: Idem*, p.297-308). Incisivo, Nina Rodrigues responde:

Francamente, confesso ao presado meu amigo, não é a mim que entibia o receio de ser taxado de fazer “ostentação luxuosa de erudição”.

No exercício de um direito de homem civilisado, de brasileiro e de medico, hei de continuar a questão dos loucos e a discutir o que me parece constituir o meio mais pratico de sahirmos da vergonhosa e criminosa situação de abandono em que elles se acham.(...)

E creia que, com o juízo que faço das suas qualidades e competência, estou certo de que seria muito mais facil do que pensa chegarmos um accordo no serviço de prestar aos loucos da sua terra e também da minha terra.

Assim, o meu collega não levará a mal que eu prossiga nos meus estudos. (*Ibdem*: p.308)

No âmbito das disputas acadêmicas, a demarcação de posições dos diferentes agentes envolvidos implica na identificação do *capital científico* que diferencia os pares a partir de sinais de reconhecimento e de mérito (BOURDIEU, 2004: p.26). A autoridade do que se diz é reforçada pelos signos de distinção e erudição atribuídos àquele que fala. Assim, a hierarquia de lugares que separava, no limiar do século XX, simbolicamente, Anísio de Carvalho e Nina Rodrigues, aparece como recurso retórico no contexto tenso da polêmica:

Não precisava elle ter descido até o plano secundário em que vive seu despretencioso collega e amigo para tornar-se com este contradição. Sou eu quem pelo contrário precisa subir até a altura em que seu provado merecimento collocou o eximio professor de Medicina Legal (*Ibdem*: 305).

O oponente identificável e próximo, se transforma em alguém que goza de posição elevada por “provado merecimento”, enquanto Carvalho se coloca em um lugar de defesa, ocupando um espaço inferior e de deferência diante do “colega e amigo”. Certamente, pode-se supor que sua assertiva apresenta traços de ironia. Ao dizer-se

“despretensioso”, acaba por sugerir o caráter pretensioso do “exímio professor”, acusado nas páginas seguintes de “ostentação luxuosa de erudição”.

Anísio Carvalho e Nina Rodrigues orientam suas respostas às provocações sofridas no sentido de não produzir fissuras profundas e incontornáveis. Embora não abandonem a crítica, a ironia ou suas posições particulares, cada um, por seu lado, mostra-se compreensivo diante proposta do opositor. Assim, a relação entre eruditos se estabelece com base em ambigüidades, nas quais a divergência conjuntural não dissolve uma identidade comum que anima a ação intelectual e, ao mesmo tempo, o respeito à posição ocupada pelo “colega e amigo” não impede a discordância de idéias.

Nessa relação, os eruditos movem-se estrategicamente no interior de um “sistema de possíveis”, uma vez que, “existir socialmente é ocupar uma posição determinada na estrutura social e trazer-lhes as marcas” (BOURDIEU, 1996: p.42-43), tornando problemática a existência de um expectador soberano e observador absoluto, imune às pressões externas e isento de qualquer laço de pertencimento que caracteriza um *campo*.

Na definição de Bourdieu, o *campo científico*, assim como o campo literário, funciona na interseção entre o texto e o contexto, se forma em um mundo intermediário entre esses dois pólos distintos e irreduzíveis entre si. Nos termos do autor, entende-se por campo científico “o universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem, ou difundem (...) a ciência”. Isto é, forma “um universo e um mundo social como os outros, mas que obedece a leis sociais mais ou menos específicas”, compondo um espaço relativamente autônomo, embora sujeito às pressões externas mediatizadas pela lógica do campo (BOURDIEU, 2004: p.20-23).

Podemos associar essa noção de campo científico à categoria de *lugar* no sentido que lhe atribui Michel de Certeau, uma vez que o ambiente no qual se opera a produção do saber científico forma uma base identificável e isolável, circunscrita por relações de forças e constituída por estratégias que visam autorizar e instituir enunciados acadêmicos, demarcando posições no interior do campo, como em um jogo, no qual os movimentos se definem por estratégias com base na disputa entre pares e no reconhecimento das regras e códigos que articulam a arte de jogar (CERTEAU, 2003: p.46).

Considerando essa análise, pode-se supor que o jogo simbólico que polariza as posições de Nina Rodrigues e Anísio de Carvalho é constitutivo de um *campo científico* particular, composto por regras que definem qual o espaço possível da crítica, quais palavras usar, como negociar com os meios de divulgação ou com quem dialogar. Nina Rodrigues demonstra reconhecer as regras do jogo com as quais precisa lidar, usando-as em favor de seus argumentos:

Esta propaganda não deve, não pode, não há de degenerar em polemica, não lh'o tolerariam os interesses respeitáveis que a animam, dos loucos sem abrigo e dizimados por epidemias. Não lh'o consentiria a fidalgua da imprensa, que abre as suas colunas aos médicos para discutir questões de interesse geral, e não para debater opiniões individuais. Sentimos que a nossa divergência é capital no ponto relativo á Quinta da Boa-Vista, mas isso não pode abstar a que tributemos, com isenção um ao outro, o reconhecimento de que nos inspira o mais elevado desinteresse, e nenhum de nós sacrificaria á paixão de convicções pessoais o bem estar e o socorro devido aos alienados (RODRIGUES, 1905: p.301-302).

No campo científico, a afirmação dos desejos individuais é percebida como uma mácula aos princípios éticos que movem a ação do erudito. Bourdieu atribui à esse manifesto *interesse* pelo *desinteresse* o conceito de *ilusão*, isto é, um aparente desapego pelas opiniões e ambições particulares em nome da ação gratuita e abnegada que serve aos anseios gerais. Esse código simbólico torna legítimo o jogo científico e “define os objetos dignos de interesse, interessantes, importantes, capazes, portanto, de merecer investimento” (BOURDIEU, 2004: p. 30).

Nesse sentido, embora a querela entre Nina Rodrigues e Anísio de Carvalho ocorra objetivamente em função da questão asilar, os elementos que participam da polêmica não se resumem a esse problema. O ambiente de tensão é formado no interior de um espaço de disputas entre posições, status e interesses que, embora negadas renitentemente pelos interlocutores, integram o debate. Isso explica, em certa medida, a insistência de ambos em evidenciar que a razão fundamental da discussão era o interesse daqueles “infelizes, aos quais o sopro da desventura apagou a luz da razão”, “a piedade sincera” ou “o lado humanitário e científico” da atividade do estudioso..

Além disso, para Nina Rodrigues a polêmica inerente aos interesses individuais deve ser evitada como forma de manter o decoro em respeito ao lugar ocupado pelos meios de divulgação que, com “fidalgua”, abrem espaço para a circulação do conhecimento médico. Ou seja, no campo das tensões e das articulações

no qual o professor de Medicina Legal estava inserido, as regras do jogo se orientavam no sentido de demonstrar que a imprensa, assim como a ciência, tinha por função fazer circular idéias que contribuam para o interesse comum e não alimentar tensões particulares.

O princípio da neutralidade e do desapego compõe, assim, uma espécie particular de *illusio* que legitima a ação do cientista e a atividade da imprensa, criando a idéia abstrata de um “interesse geral” que funciona como meta comum na justificativa de suas intervenções. Desse modo, ainda que propalasse o “elevado desinteresse” de suas propostas e ações em relação aos asilados da Quinta da Boa-Vista, pode-se afirmar que Nina Rodrigues, assim como Anísio Carvalho, almejava demarcar posições e demonstrar a validade de suas idéias garantindo uma vitória simbólica no interior do campo institucional no qual se movimentam. Ou seja, na ambigüidade de suas estratégias “os eruditos são interessados, tem vontade de chegar primeiro” (*Idem*: p.31).

Essa vontade de demarcar um lugar privilegiado no *campo científico* passa pela ampliação do capital simbólico e pela identificação das marcas de distinção e reconhecimento. No caso do médico maranhense, professor da Faculdade de Medicina da Bahia e formado no Rio de Janeiro num período em que a geografia do saber situava a Europa como centro e modelo de erudição, os sinais de reconhecimento e *status* poderia ser alcançado pela publicação de artigos em revistas internacionais, pela participação em sociedades científicas compostas por especialistas de diversas nacionalidades ou pela tradução de textos para o francês. Não por acaso, em 1900 Nina Rodrigues publicou o livro *L'Animisme fétichiste des nègres de Bahia*³, dedicando-o à *Société Medico-Pysiologique de Paris*, da qual era membro associado estrangeiro (RODRIGUES, 1900). Na identificação de um leitor ideal, especializado e europeu, a tradução foi realizada como um instrumento de legibilidade do texto. Pode-se supor, então, que esse gesto de troca interessado tinha por finalidade reforçar os laços de solidariedade entre Nina Rodrigues e os médicos franceses.

Portanto, para transitar no interior do campo particular que constituía a ciência no Brasil durante os últimos anos do século XIX e o início do século XX, especialmente na interseção entre medicina, direito, antropologia e psicologia, Nina

³ *O Animismo Fetichista dos Negros Bahianos* havia sido publicado em artigos em português pela Revista Brasileira entre 1896 e 1897.

Rodrigues precisava assumir e legitimizar posições, reforçar seu prestígio junto ao meio intelectual e, sobretudo, se apropriar de um ambiente internacional de diálogo com o saber erudito de sua época.

Rituais de erudição e comunidades de leitores

O trabalho de Nina Rodrigues pode ser situado na relação tensa entre as apropriações das teorias vigentes na Europa do século XIX e a necessidade de construir proposições que apontassem para a singularidade das configurações raciais, sociais e históricas no Brasil. Os estudos e as polêmicas lançadas pelo autor em artigos para revistas e jornais especializados, na sala de aula da Faculdade de Medicina da Bahia, em memórias e em livros expressam a diversidade de uma obra quase sempre lida e resumida a partir de jargões e estereótipos sobre a produção científica do século XIX.

Para autorizar seu discurso sobre o negro e o problema da mestiçagem no Brasil Nina Rodrigues associou diferentes teorias como a sociologia anti-naturalista e anti-Spenceriana de Gabriel Tarde; os princípios biocriminológicos dos italianos E. Ferri, R. Garofalo e Cesare Lombroso e do estudioso francês Alexandre Lacassagne que preconizavam a existência de elementos hereditários como determinantes na identificação do criminoso (MUCCIELLI, 2001). Com exceção de Tarde, Nina Rodrigues dedicou à todos os autores acima citados o livro *As Raças Humanas e A Responsabilidade Penal no Brasil*, de 1894. Esse gesto de deferência para com os demais pesquisadores de uma área expressa rituais acadêmicos que reforçam laços de pertencimento teórico, reafirmando o lugar ocupado pelo estudioso em uma comunidade científica. Em retribuição, Cesare Lombroso, professor de psiquiatria da Universidade de Turim, na Itália, incluiu Nina Rodrigues na dedicatória à edição francesa de *L'Antropologie Criminelle* (LOMBROSO, 1901).

A partir desse gesto de troca e dívida, aparentemente sem grandes implicações ou desdobramentos, reforçam-se afinidades e parcerias, os pares acadêmicos se definem e se reconhecem demarcando lugares, legitimando um discurso de autoridade no interior do *campo científico*. Tal relação aparece, igualmente, no uso de termos e modelos conceituais que permeiam o vocabulário científico de uma época. Assim, na escrita de Nina Rodrigues pode-se identificar a influência de diversas correntes teóricas do final do século XIX na inserção frequente de termos tais como:

raça, criminoso nato, evolução, selvageria, barbárie, civilização, e histeria. A obra de Nina Rodrigues não se afastou das construções teóricas e revisões conceituais que caracterizaram o campo científico do velho mundo na segunda metade do oitocentos, marcada pela afirmação e, posteriormente, questionamento das explicações naturalistas inspiradas em Charles Darwin.

Tendo lançado seu primeiro estudo em 1886, quase 20 anos depois de o naturalista inglês publicar *A Origem das Espécies*, Nina Rodrigues se aproximou do paradigma evolucionista, que, na Europa da década de 1870, encontrava espaço na obra de Herbert Spencer e, paralelamente, ressoava na criação e institucionalização da antropologia. O discurso do evolucionismo social estava presente na escrita de estudiosos como Morgan, Frazer e Tylor, que apresentavam o desenvolvimento humano como conseqüência natural de estágios progressivos, fixos e pré-determinados. As relações sociais estavam, portanto, sujeitas às leis gerais cientificamente identificáveis, a partir das quais era possível classificar os povos em etapas distintas de evolução, divididas como em uma imensa pirâmide entre selvageria, barbárie e civilização (SCHWARCZ, 2001: p.17).

Para essa corrente, o método comparativo permitiria ao antropólogo identificar as desigualdades presentes no processo de desenvolvimento das diversas culturas, na medida em que todos os povos passariam por fases obrigatórias e seguiam, inexoravelmente, em direção ao progresso. Seguindo a tradição do humanismo iluminista (baseada na noção de “perfectibilidade” intrínseca ao ser humano) e os princípios do monogenismo, os etnólogos concluíam que a humanidade possuía uma essência comum e inerente.

Em oposição a essa vertente desenvolveram-se as “teorias raciais” que preconizam o poligenismo e propunham o princípio da diferença ontológica entre as raças. Para Lílian M. Schwarcz: retomando a Hipócrates, o poligenismo insistia na idéia de que as diferentes raças humanas constituiriam “espécies diversas”, “tipos” específicos, não redutíveis, seja pela aclimação, seja pelo cruzamento, a uma única humanidade” (SCHWAECZ, 1993: p.47-54).

Nesse contexto, Paul Broca, Gustave Le Bon e Georges Vacher de Lapouge integravam na França a corrente da antropologia racial, baseada nos princípios de hereditariedade que marcará os estudos em antropologia criminal elaborados por

Lacassagne (MUCCIELLI, 2001: p.44). Na Itália, as teorias raciais tiveram lugar privilegiado nos postulados científicos de Cesare Lombroso.

Embora as concepções da antropologia racial tenham papel destacado na obra de Nina Rodrigues, deve-se observar que o autor utilizava outras referências, por vezes, antagônicas ao Darwinismo social e às explicações biocriminológicas. Os modelos conceituais de Gabriel Tarde foram, assim, largamente empregados por Nina Rodrigues, especialmente em estudos sobre a loucura e o caráter patológico da multidão. Em um contexto de constituição de campos disciplinares como a psicologia coletiva e a sociologia, Tarde rompeu com as abordagens biologizantes a partir do uso de conceitos como hipnose e sugestão (*Idem*).

Na escrita de Nina Rodrigues, o emprego de tais categorias da psicologia social não exclui a utilização de esquemas metodológicos da antropometria. Esse arranjo seria inviável no contexto europeu. Ora, como explicar a aparente contradição presente na produção científica do nosso médico?

Essa questão coloca problemas da seguinte ordem: como Nina Rodrigues lia e se apropriava de textos acadêmicos produzidos por italianos e franceses? Em seu discurso realista e direto esse “homem de ciência” chegou a criar alguma coisa ou, como foi sugerido por seus críticos, apenas incorporou e traduziu para a realidade nacional postulados externos? Ora, ainda que admitamos o peso dos modelos teóricos elaborados no continente europeu na atividade de pesquisa de Nina Rodrigues, devemos levar em conta o caráter fugidio da idéia de *tradução* e a não literalidade de seu conteúdo.

Se considerarmos, com Chartier, que a leitura é um gesto criativo podemos afirmar que ao entrar em contato com uma literatura especializada constituinte do *sistema de discursividade* de sua época, com as possibilidades e impossibilidades enunciativas que limitam o seu trabalho (FOUCAULT, 2009: p.147), Nina Rodrigues operou apropriações que possibilitaram a associação de correntes teóricas contrárias, tais como a antropometria e a psicologia social.

Aquele que escreve um livro é, também, um leitor que se apropria e reatualiza a escrita dos outros pelo consenso ou pela polêmica. Os esquemas conceituais e as categorias que balizam a escrita de Nina Rodrigues perpassam as apropriações de outras narrativas e conceitos. Nesse sentido, o texto é consumido pelo leitor que

reinventa sentidos para a narrativa, forjando algo diverso e particular daquilo que era a intenção prévia do produtor. Segundo Chartier, o leitor “combina fragmentos e cria o desconhecido no espaço organizado” do texto, produzindo apropriações que se inscrevem em uma pluralidade indefinida de significações (CHARTIER, 1980: p.52-3).

Afinal, o leitor/autor transita na textura da escrita e reatualiza conceitos e idéias, como um nômade que recria na sua obra as incursões feitas no texto dos outros. Os vários momentos da leitura instauram, portanto, uma alteridade, e constituem práticas encarnadas por gestos e hábitos que demarcam as comunidades de leitores. Sobre esse ponto Chartier conclui que o gesto da leitura é “limitada pelos códigos e convenções que regem as práticas de uma comunidade de dependência”, assim como é “limitada, também, pelas formas discursivas e materiais do texto lido” (CHARTIER, 1994: p.14).

A ciência como prática: Nina Rodrigues entre a teoria e o campo de pesquisa

Assim sendo, inserido em uma comunidade de leitores e em um campo de produção científica, Nina Rodrigues transitava entre as apropriações feitas a partir dos estudos produzidos, sobretudo, na Europa e as observações que realizava no campo de pesquisa. Seu discurso de autoridade era articulado pelo uso de conceitos eruditos e confirmado pela apresentação de dados empíricos. Quando era impossível comprovar os princípios das teorias raciais pelo estudo de caso, Nina Rodrigues mantinha uma posição ambígua: divulgava dados incompatíveis com os postulados da antropologia criminal e os métodos antropométricos, ao mesmo tempo em que continuava exaltando a importância do uso dessa teoria no estudo das raças no Brasil.

Uma manifestação desse gesto paradoxal foi a publicação, em 1901, de um artigo sobre a loucura das multidões nos *Annales medico-psychologique* de Paris, no qual o professor de Medicina Legal divulgava a análise do exame craniométrico procedido em Antônio Conselheiro. Juntamente com o Dr. Sá de Oliveira, preparador de Medicina Legal, Nina Rodrigues verificou que o crânio do líder de Canudos “não apresentava nenhuma anomalia que denunciasses traços de degenerescência (...) é um craneo dolichocefalo e mesorrhyno, quase sem dentes, e com notável atrophia das arcadas alveolares (...) É pois um craneo normal (sic)”. Os termos técnicos e o modelo antropométrico foram empregados, ainda que a conclusão da análise empírica apontasse

as contradições entre a estrutura conceitual e os dados da pesquisa. Tal tensão foi dissimulada pelo autor que seguiu em busca de explicações hereditárias e pisco-sociais para entender a constituição do delírio crônico de Antônio Conselheiro e a epidemia vesânica que teria grassado nas terras do arraial de Canudos durante a última década do século XIX (RODRIGUES, 1939: p.131-133).

Nos anos de 1930, Arthur Ramos afirmava que essa contradição entre a teoria racial em voga no século XIX e a pesquisa empírica empreendida por Nina Rodrigues expressaria o gênio do mestre baiano e a especificidade de suas conclusões que “naquelles tempos de rígido lombrosianismo” ousava criticar as concepções da escola italiana. Essa afirmação parte de um discípulo e admirador do professor de Medicina Legal, empenhado em refutar as críticas ardorosas imputadas ao seu *mestre* de outrora e, conseqüentemente, forjar memória positiva acerca de Nina Rodrigues (CORREA, 1998). Se não era possível reabilitar o determinismo biológico, então condenado pela interpretação culturalista, parecia viável reduzir sua influência a partir de uma releitura dos seus estudos.

Obviamente, em Nina Rodrigues não há uma oposição direta à teoria antropométrica como faz crer Arthur Ramos, o que há é uma crítica discreta e, ao mesmo tempo, uma tentativa de conciliação entre explicações craniométricas e sociológicas. Isto é, nos estudos sobre a loucura e o crime a análise psico-social complementaria os resultados obtidos pela mensuração do corpo humano.

Portanto, para o médico maranhense, o Brasil oferecia condições privilegiadas à confirmação dos esquemas conceituais da escola criminalística italiana, das teorias hereditárias e dos procedimentos da sociologia francesa sobre a loucura da multidão, uma vez que este era um país marcado pelo encontro degradante das raças, compunha um verdadeiro “espetáculo” da diferença que, segundo Lílian Moritz Shwarcz, se transformou em laboratório dileto na construção da retórica científica em fins do século XIX (SCHWARCZ, Op.cit.).

Nesse laboratório social, onde a diferença era identificada como objeto de etiologia médica, foram relatadas histórias particulares que, na tessitura da trama racionalizante de Nina Rodrigues, serviam como objeto de comprovação científica. Para autorizar o próprio discurso, nosso médico precisava reunir peças de um quebra-cabeça que, nem sempre, combinavam. Isto é, era necessário manter-se vinculado à tradição da

antropologia criminal francesa e italiana, mesmo quando os resultados da pesquisa empírica não confirmavam suas principais teorias.

Pode-se destacar alguns estudos de caso, nos quais Nina Rodrigues encaixou, sem grandes tensões, os postulados científicos dos quais era tributário e a pesquisa empírica. Entre esses casos destacamos a descrição realizada pelo autor na parte final do livro *As raças humanas e a responsabilidade penal no Brasil* (1894) acerca da trajetória de três menores reclusos na penitenciária da Bahia, “uma escola perigosa de criminosos temíveis”.

Encarcerados: o caso dos três Josés:

Na casa de detenção, Nina Rodrigues analisa e compara a conduta de José d’Araújo, Inácio José da Silva e José Joaquim Caetano, presos por assassinato em fins do oitocentos. O autor objetiva identificar a diferença de conduta desses delinquentes juvenis na prisão, para demonstrar que, apesar de todos partilharem as mesmas condições no meio carcerário, apenas o último sofre com menor intensidade as influências deletérias da penitenciária.

Nina Rodrigues inicia sua descrição com a análise do caso de José d’Araujo, órfão de mãe, agricultor que vivia com o pai e cinco irmãos no município de Santo Antonio das Queimadas/BA. O jovem foi condenado, aos nove anos de idade, por assassinar o pai, permanecendo na casa de correção até os dezessete anos, quando foi recolhido à penitenciária do Estado da Bahia. Ali, o médico maranhense estudou a personalidade do delinquentes que descrevia indiferente o crime, relatando “sem revelar o menor sentimento de pesar” (RODRIGUES, 1939) que um inimigo de seu pai havia lhe oferecido uma recompensa de quarenta réis para que cometesse o parricídio. O assassinato ocorreu na choupana onde vivia a família e a vítima foi atingida por tiros de espingarda à noite, durante o sono. Além desse relato, José d’Araujo apresentou versões diferentes sobre as causas do assassinato. Nos dois primeiros meses de prisão o jovem órfão não denunciou o mandante do crime.

O médico seguia a investigar o delinquentes, não apenas interrogando-o, mas hipnotizando-o. Nina Rodrigues desejava fazer o recluso confessar o que secretava dentro de si, declarar o real motivo do ato criminoso e revelar sua personalidade intrinsecamente perigosa. A história de José era exemplar de outras histórias, por isso

era preciso escutar o sujeito por completo e encontrá-lo indefeso, confessando-se intimamente diante do cientista. Com alguma dificuldade Nina Rodrigues consegue hipnotizar o jovem recluso, agora o relato ganha novos contornos. José afirma que ninguém o havia estimulado a cometer o parricídio, o verdadeiro motivo do crime teria sido a “circunstancia de ter elle, na ausencia do pai, cortado um pé de mandioca e promettido um tio que assim que o pai chegasse lhe ha-via de communicar o facto para que elle castigasse o filho”. Com o objetivo de evitar o castigo José matou o pai.

Diante da confissão, o diagnóstico do médico confirmou que “o criminoso tem dezoito annos, é ladrão, pederasta passivo, jogador, bebado, um ser completamente desmoralisado, emfim, um incorrigível temível”. Na descrição de Nina Rodrigues, José é definido como um criminoso nato, precoce e dissimulado. Embora não possuísse grandes estigmas físicos que, na antropologia criminal do século XIX definiam a essência de um criminoso, o médico apontava a conjugação de traços do mulato e do mameluco como evidência de que a conduta delinqüente do jovem estava marcada em seu corpo.

Analisando as características físicas de outro detento, Nina Rodrigues encontra signos corporais mais evidentes da face de um verdadeiro criminoso. Com “caracteres inferiores muito acentuados”, um “arco parietal fraco”, orelhas mal formadas, destacando-se de um crânio assimétrico, o mulato claro, Inácio José da Silva, carregava marcado, nas deformidades da face, a tez de um criminoso nato. O jovem foi condenado em 1889 pelo júri de Brotas de Macahubas, aos 12 anos de idade, por ter assassinado outro garoto. No seu depoimento ao médico demonstrava “um cinismo a toda prova” quando falava de seus crimes. Além de ser assassino frio o jovem era “pederasta passivo, bêbado, jogador e ladrão”. Tais práticas, consideradas avessas às normas e à moral, denunciavam as predisposições atávicas do recluso, expostas nos seus traços fisionômicos e em sua história de vida. José Inácio era filho natural, morava com cinco irmãos na casa da avó materna, vivia das práticas agrícolas e era sustentado pelo pai que, após ter sido abandonado pela mãe do jovem, casou-se com outra mulher.

Há, portanto, traços em comum na trajetória desse detento e de José d’Araújo. Ambos não tinham instrução, eram pobres, agricultores, mestiços, “pederastas passivos”, ociosos e as relações de solidariedades familiares nas quais estavam inseridos destoavam de um modelo padrão. Esses dados são fundamentais na análise de Nina

Rodrigues, uma vez que a população atávica e criminosa era vista, sobretudo, como miserável, analfabeta e moralmente patológica.

No mesmo livro, o cientista ainda identificou o caso do menor José Joaquim Caetano, mulato escuro, filho natural de escravos, foi preso por assassinar uma mulher que desejava castigá-lo. Diferente dos outros casos apresentados acima, este prisioneiro possuía bom comportamento e era sensível aos castigos. Na cadeia tornou-se jogador, embriagava-se, mas não roubava, e aprendeu o ofício de sapateiro. Segundo Nina Rodrigues, “attendendo aos vícios inerente á sua condição de escravizado, é possível que este menor seja antes um criminoso de ocasião do que um criminoso nato”. Note-se que neste caso não há indícios profundos de mestiçagem, os pais de José Joaquim eram da mesma “raça”, diferente dos casos anteriormente descritos.

A conclusão de Nina Rodrigues sobre esses três reclusos reforçava as teses da antropologia criminal italiana sobre a individualidade biológica na gênese do criminoso. Os três jovens foram colocados na penitenciária em condições semelhantes, porém, apenas aquele que não possuía o sangue mestiço não degenerou por completo.

Contra o romantismo: a ciência como verdade

Se as referências às categorias formuladas pela teoria das raças no século XIX e a utilização dos dados colhidos na pesquisa empírica conferiam autoridade ao trabalho de Nina Rodrigues, atribuindo-lhe um lugar no campo intelectual no qual circulava, a afirmação da verdade em seu discurso era reforçada pela oposição aos escritos de estudiosos e literatos que, para ele, eram insuficientes e cientificamente lacunares. Seus comentários em oposição ao romantismo, sobretudo no âmbito da questão racial, é uma manifestação clara desse gesto.

Nina Rodrigues não acreditava na inexistência de um povo brasileiro unificado do ponto de vista sociológico e antropológico. Para ele, o tipo mestiço, predominante em grande parte da população, não possuía características definidas, estava fisicamente e moralmente repartido entre brancos, negros e índios. Portanto, no Brasil, tal encontro entre raças revelava a coexistência de grupos humanos que comportam diferenças inerentes e irreduzíveis.

Seguindo essa linha de raciocínio, o médico maranhense teceu severas críticas ao romantismo literário de caráter nativista, fortemente acentuado nos meios

intelectuais e políticos durante os tensos anos que marcaram a declaração e consolidação da independência do Brasil, bem como à literatura abolicionista de Castro Alves e Joaquim Nabuco que, no contexto de embates pelo fim da escravidão, promovia a apologia ao negro e às suas raízes africanas (BOSI, 1973: p.19).

Refutando esse duplo movimento do romantismo oitocentista, Nina Rodrigues afirmava que a exaltação do índio e do negro encobria as diferenças presentes na composição racial do Brasil, criando a ilusão de uma coesão utópica. Poucos anos após a proclamação da República, o autor afirmava, em artigo para o *Achivio de Psichiatria Scienze ed Antropologia Criminale*, que “só podemos falar de um povo brasileiro do ponto de vista político. Do ponto de vista sociológico e anthropologico, muito tempo se passará antes de podermos considerar unificada a população brasileira”⁴.

Numa época em que as doenças contagiosas e os miasmas de toda sorte causavam pavor, Nina Rodrigues se debruçava sobre outras ameaças epidêmicas que afligiam o corpo social. Era urgente conter patologia moral que produziria a degeneração futura pela mistura das raças e pela vesania incontrolada da multidão. Com esse argumento, o professor de Medicina Legal lançou-se ao estudo do negro denunciando os limites das interpretações literárias e científicas que circulavam nos meios intelectuais brasileiros. Para ele era preciso considerar com rigor científico o problema das “raças inferiores”, em especial dos descendentes de escravos africanos⁵.

Nina Rodrigues acreditava que para elaborar um estudo cientificamente denso sobre os negros e sua influência na gênese do povo brasileiro, era imperativo atingir e conhecer com precisão as origens dos africanos que chegavam aos portos da colônia como escravos desde os primeiros anos da conquista portuguesa. Assim, caberia ao cientista se lançar em direção a um começo, ainda nebuloso e inexplorado pela escrita da história. Em suma, Nina Rodrigues atribuía a si a missão de corrigir os erros divulgados pelos intelectuais brasileiros, refutar suas reticências e identificar suas ausências para colocar um ponto final na questão da formação das raças no Brasil. Para

⁴ RODRIGUES, Raymundo Nina. **As colectividades anormaes**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1939 p.153.

⁵ RODRIGUES, Raymundo Nina. **Os africanos no Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

ele, o rigor da ciência desvendaria uma verdade encoberta e intrínseca deformada pelo vício e pelo romantismo dos literatos e dos “homens de ciência”.

Considerações finais:

A contenda entre Nina Rodrigues e Anísio Circundes de Carvalho, as publicações internacionais, o diálogo com as teorias raciais produzidas no velho mundo e a crítica ao romantismo são fragmentos, aparentemente difusos, que expressam a circulação do professor de Medicina Legal dentro de uma comunidade de ofício da qual era parte integrante e atuante. Assim, sustentamos, ao longo do texto, a tese de que Nina Rodrigues construía e legitimava seu capital simbólico em diferentes níveis: nos enfrentamentos cotidianos da política acadêmica; no questionamento às estruturas institucionais republicanas; na articulação de um diálogo com a erudição de sua época; na legitimação da validade de suas hipóteses a partir da identificação de vícios e lacunas que, para ele, permeavam a produção científica brasileira, e na conformação dos protocolos e rituais acadêmicos (fundando revistas, compondo associações internacionais, comentando autores e divulgando suas pesquisas no Brasil e na Europa através de livros e artigos publicados em francês). No interior desse jogo de intenções e gestos, as referências aos interesses utilitários e particulares deveriam ser sufocados em nome da dissimulação de um abstrato e intocável interesse comum. Missão inalienável que, para Nina Rodrigues, era inerente a um homem de sua posição: “civilizado, brasileiro e médico”.

Bibliografia e fontes:

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte:** gênese e estrutura do campo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

_____. **Os usos sociais da ciência:** por uma sociologia crítica do campo científico. São Paulo; Ed. UNESP, 2004.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano:** artes de fazer. 9 ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural:** Entre Práticas e Representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1980.

_____. **A ordem dos livros:** leitores, autores e bibliotecas na Europa dos séculos XIV e XVIII. Brasília: Ed.UNB, 1994.

CORREA, Mariza. **As ilusões da liberdade: a escola Nina Rodrigues e a antropologia no Brasil.** Bragança Paulista/SP: EDUSF, 1998.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber.** 7 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

LOMBROSO, Cesare. **L'Antropologie Criminelle – et ses récents progrès.** 4. ed. Paris: Ancienne Librairie Germer Bailliere, Félix Alcan Ed. 1901.

MUCCHIELLI, Laurent. **O nascimento da sociologia na universidade francesa.** Rev. Brasileira de História. São Paulo, v.21, n.41. 2001.

RODRIGUES, Nina Raymundo. **L'animisme fétichiste des nègres de Bahia.** Salvador: Reis&Comp. Editeurs, 1900.

_____. **Alienados no Brasil em especial do Estado da Bahia.** Salvador: Typ. Bahiana, 1905.

_____. **Os africanos no Brasil.** São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1935.

_____. **As colectividades anormaes.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 1939.

_____. **As Raças Humanas e A Responsabilidade Penal no Brazil.** Rio de Janeiro: Guanabara, 1939.

SCHWARCS, Lílian K. Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil (1870-1930).** São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

_____. Dando nome às diferenças. In: SAMARA, Eni de Mesquita (Org.). **Racismo & Racistas: Trajetória do pensamento racista no Brasil.** São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2001.